
BELLOS, David. *Le Poisson et le bananier: une histoire fabuleuse de la traduction*. Tradução de Daniel Loayza. Paris: Éditions Flammarion, 2012, 416 p.

David Bellos cresceu na Inglaterra e vive nos Estados Unidos. É professor de literatura francesa e comparada na Princeton University, onde dirige o curso de tradução e comunicação intercultural. Fez doutorado em Oxford e ensinou em Oxford, Edimburgo, Southampton e Manchester e é autor da ‘trilogia francesa’ de Georges Perec, *Une vie dans les mots*, *Jacques Tati* (Prix Goncourt de biografia), *Sa vie et son art* (2002) e *Romain Gary, A tall story* (2010). Ele também traduziu para o inglês *La vie, mode d’emploi* de Perec e romances de Ismail Kadaré. Recebeu vários prêmios por seu trabalho, entre eles o de *chevalier* da *Ordre des Palmes académiques*, o prêmio Goncourt de biografia e de tradução da Fondation France-Amérique e o prêmio de

tradução Man Booker International Prize for Fiction.

Quando escreveu este livro sobre tradução *Is that a fish in our ear?*, publicado em Londres (Editora Penguin Books, 2011), e em Nova York no mesmo ano (Editora Faber & Faber), ele confessou querer justificar a tradução num país onde se traduz pouco e onde os locutores não estão implicados na tradução.

O título em inglês refere-se a uma série de televisão popular inglesa e foi traduzido para o francês como *Le Poisson et le bananier: une fabuleuse histoire de la traduction*, que soa como uma fábula de La Fontaine¹. Evoca o “Peixe Babel”, do humorista Douglas Adam, autor de *Guia do viajante galáctico*, onde o protagonista usa um aparelho em forma de peixe que traduz tudo de qualquer língua do mundo, concretização de uma antiga utopia. A “bananeira” vem do missionário holandês Albert Corneliszoon Ruyl, que traduziu a Bíblia para o indonésio, e, incapaz de explicar o que era uma figueira, inexistente em Sumatra, resolveu

substituí-la por outra árvore frutífera: “pisang”, a bananeira.

Bellos, numa preocupação de confrontar a visão ocidental com outras culturas orientais ou periféricas, revela que se existe uma tendência de esquecer a importância da figura do tradutor, não seria o caso no Japão, onde ele gozaria de um estatuto valorizado. Por exemplo, existe uma “coleção dos tradutores de Shibata Motoyuki”, e os tradutores são elevados à mesma importância reservada aos escritores na Inglaterra ou nos Estados Unidos. O livro *Honyakuka Retsuden 101*, ou seja, *A vida dos tradutores, vol. 1*, trata de vidas de estrelas prestigiosas.

A valorização da tradução também está presente no cinema sueco de Ingmar Bergman, onde, segundo Bellos, os silêncios foram pensados para melhor tomar em consideração a dura tarefa do tradutor de legendas. O tradutor também ganha mérito em traduzir a história em quadri-nhos *Astérix* para outra cultura, multiplicando as transposições humorísticas com as exigências ligadas ao suporte. E ganha co-

ragem, procurando equivalência na prosa de *La vie mode d'emploi* de Perec para o inglês, traduzindo “Adolf Hitler, Fourreur” por “Adolf Hitler, German Lieder”. Bellos ilustra também o sutil jogo intelectual do tradutor de poemas chineses *shunkouliu*, curtas narrativas satíricas e rítmicas, passando por vários passos para chegar a uma tradução “isogramática”, ou seja, respeitando estrutura sonora e sentido.

Entre anedotas históricas, eis alguns preconceitos sobre a tradução, refutados pelo autor. O provérbio “Traduttore tradittore” teria nascido num contexto peculiar, ligado à profissão de intérprete. No império otomano, entre o século 15 e 20, falava-se um híbrido de turco, persa, árabe; o turco otomano era a língua oficial da Corte de Istambul e o árabe era a língua franca. A República de Veneza tinha relações econômicas e diplomáticas com eles. A casta de tradutores chamados “fanariotos”, da comunidade helênica católica romana morava num bairro de Istambul, eram formados para traduzir não

do grego, mas do turco otomano para o italiano ou árabe, e os tradutores otomanos do turco, chamados “dragoman” (inglês) ou “dragoumanos” (francês). Num dos diálogos entre o sultão Mourad II e a Rainha de Inglaterra Elizabeth I, os tradutores do grande Dorgman teria traduzido do italiano “Sincera amicizia” por “manifesta sua subordinação e sua devoção, proclama sua submissão assim como seu apego” para o sultão. O tradutor, infiel ou livre, conhecia as regras sociais, políticas e administrativas de sua posição. A expressão de “submissão” não teria sido tolerada pela Rainha, nem o sultão teria encarado sua igualdade com uma simples rainha.

Além disso, na época contemporânea, um intérprete de guerra no Iraque (país onde se falam várias línguas) está a serviço do inimigo americano. Porém, no meio da ação, o soldado duvida que o intérprete diz totalmente a verdade porque estaria traindo seu povo. Em tempos de conflito, é sempre difícil confiar. Neste caso, o provérbio italiano também

se aplica a uma tradução oral.

A oralidade, no caso da língua, também conhece preconceitos em relação ao escrito, mais nobre e dominante. É comum pensar que uma língua existiria só a partir do estabelecimento de uma gramática, o que prova sua dominação em nosso pensamento ocidental e moderno. Cristovão Colombo conhecia numerosas línguas: italiano antigo, português, castelhano, grego, hebraico (nas tabelas astronômicas de Abraham Zacuto), língua franca (língua de contato à base de sintaxe árabe simplificada), sem conceitualizá-las porque não existia ainda gramáticas nessa época. Nisso, as línguas podem escapar a gramáticas, sem perder o estatuto de língua.

Sempre na perspectiva de lutar contra mitos sobre a tradução, David Bellos enuncia o erro de julgar o original mais “verdadeiro” e superior que a própria tradução. Numerosos artifícios ligados à tradução aconteceram na história da literatura, as chamadas “pseudo-traduições”, falsas traduções escritas em outra lín-

gua. Napoleão ou o filósofo Herder foram crédulos, pensando ler autêntica poesia erudita do “barão gaélico” Ossian: *Fingal, an Ancient Epic Poem in Six Books* (1762), que, de fato, foram escritos em inglês por James Macpherson. Outro exemplo surpreendente: *Chateau d’Otrante, The castle of Otranto* (1764) pretende ser uma tradução do italiano de 1529, best-seller fundamental do romance gótico. Porém, o original simplesmente não existe. E essa prática continua hoje: nos anos 1990 o escritor russo Andrei Makine escreve em francês e pretende que se trata de uma tradução russa (por Françoise Bour, inventada). A partir do seu terceiro romance *Le testament français*, ele revela sua identidade e recebe o prêmio Goncourt na França. Os exemplos de tradução mascaradas, não-confessadas, abundam; isso prova que apenas pela leitura de um texto, é difícil saber se se trata de um original ou de uma tradução.²

Outro subterfúgio muito citado quando se fala em problemas de tradução, ou busca pelas equi-

valências linguísticas: a chamada “grande roubada dos Esquimós”. Estes teriam mais de cem palavras para designar a palavra “neve”. Eles têm certos matizes que outros povos não teriam. O fato de que a língua se adapta ao meio ambiente não é um problema em si, e se justifica perfeitamente. Porém, a “roubada” linguística mostraria um racismo inconsciente. Segundo os linguistas do século 19, as línguas chamadas “civilizadas” e as línguas chamadas “primitivas” têm por diferença o poder de abstração. Assim, o pensamento “selvagem” não teria termo geral e abstrato para designar a neve, mas apenas variações concretas.

Mais uma vez, Bellos escolhe ilustrar o problema da não-correspondência entre línguas com um exemplo de transposição cultural. Uma das primeiras traduções da Bíblia para o estoniano escolheu traduzir a palavra “vigne”, inexistente na época da tradução, por “viinappu”, literalmente “árvore da vodka”. Hoje, a nova tradução propõe a palavra “viin” para designar o

“vignoble”. Em suma, se a tradução requer os objetos da língua de recepção, a tradução esquece a parte de estrangeiro do texto, e estamos novamente diante de um problema próprio da tradução: deve-se mostrar que a tradução vem de outro país, ou deve-se fingir que foi escrita na sua própria língua?

A questão da aclimatação não é simples, e a representação do estrangeiro com certeza é uma ficção, já que depende do ponto de vista. Quando lemos Kafka, não buscamos ler o “germânico” em Kafka. Porém, se marcas do estrangeiro estiverem presentes, para que substituí-las por outras que teriam mais entendimento no público de recepção? Trata-se então de adaptação, o que Bellos nega. Quando se traduz um ensaio, podemos justificar a adaptação por uma melhor compreensão das idéias; o autor poderia modificar alguns exemplos para se aproximar mais do público-alvo. Porém, a respeito de literatura, seria “desnaturalizar” a origem do texto e sua identidade cultural. Dando um exemplo de

sua tradução da escritora francesa Fred Vargas para o inglês, ele substituiu uma citação de Victor Hugo por um citação de Churchill, de tom e conteúdo similares para o público inglês. Neste sentido, Bellos, afirmando que precisa traduzir não as palavras, mas o que as palavras fazem, concorda com um dos primeiros pensadores da tradução: Cícero. É claro, esta tese, que também é retomada por Octavio Paz em relação ao texto poético, com regras estilísticas e rítmicas exigentes, se adapta bem à poesia, mas não ao romance policial. Mudar as referências culturais, censurar, ou substituir são típicos da adaptação; claro que não estão proibidas, mas não seria preciso uma justificativa peculiar, como um desejo de adaptação para um público infantil, ou de vulgarização científica?

Segundo Bellos, expressar a autêntica estranheza do texto consiste em conservar trechos em língua original, dar algo estrangeiro no texto, deixando de traduzir palavras. Seria “estranheza seletiva” a melhor maneira de

tomar em consideração a natureza estrangeira da obra? Para ele, a “estranheza seletiva” só pode existir quando as línguas já estão em contato. Por exemplo, nas primeiras traduções inglesas das *Liaisons dangereuses*, os tradutores conservavam “Monsieur le Vicomte” ou “Madame la présidente” em francês, ou expressões como “Parbleu!”. Bellos cita também uma tradução de *O Rei Lear*, de Shakespeare, adaptado para o chinês, mas que conserva num monólogo o inglês original. A não-tradução está longe de constituir, em nossa opinião, a melhor via de mostrar o estrangeiro do texto.

Da mesma maneira que Umberto Eco prefere uma tradução de *O nome da rosa* para o russo que transpôs os trechos em latim para um cirílico antigo, David Bellos propõe para seu público inglês uma viagem de transatlântico que passaria pelas praias de Porthmouth, New Jersey ou Saint-Nazaire, dependendo de o público ser inglês, americano, ou francês. E se for brasileiro, talvez passasse por Salvador da

Bahia? Mas não valeria a pena lembrar, antes de tudo, a origem do barco, e respeitar sua trajetória originária, ao invés de adaptar a geografia ao leitor?

Assim, defensor de uma liberdade tradutiva, que chamamos de “Belas Infiéis”, David Bellos concede ao tradutor o direito de ser não-exaustivo, no que talvez ele tenha razão. Ele sublinha o fato de que todas as práticas (de escrita, leitura ou crítica) o autorizam, então por que a tradução deveria ser obrigatoriamente “fiel”, exaustiva, servil? Um leitor francês dos *Misérables* pode não conhecer cada termo do romance, um tradutor – o leitor por excelência, cuja responsabilidade é grande – deve dar o sentido, mesmo quando se trata de uma expressão obscura. Para Bellos, isso justifica o fato de que o tradutor não precisa ser “literal” e traduzir “palavra por palavra”.

No entanto, a tradução chamada “literal” suscita questões equívocas. A tradução literal pode significar “palavra por palavra”, e também “o sentido”, na expressão “literalmente fa-

lando”. Além disso, nas teorias expostas por Walter Benjamin e Antoine Berman (que Bellos cita sem aderir às suas teses), o literal reveste um sentido novo, que consiste em traduzir “a letra”, isto é, o espírito do texto.

Bellos se interessa pouco pelos filósofos da chamada “tradutologia” e prefere ilustrar suas reflexões com citações da teoria da comunicação e das ciências da linguagem. Se ele evoca apenas alguns pensadores (como Georges Steiner, Paul Zumthor ou Schleiermacher, Derrida, Lawrence Venuti ou Octavio Paz), suas fontes principais são linguistas como Saussure, Jakobson, Leonard Bloomfield, Harish Trivedi, Claude Hagège e Claire Blanche-Benveniste. Sem formular um pensamento próprio, ele encara a tradução como um ato de comunicação humana no seu conjunto, e usa numerosas referências e conclusões de trabalhos de especialistas para abrir pistas de reflexão.

Finalmente, uma das considerações importantes do livro se refere ao fluxo econômico da

tradução no mundo, inspiradas em trabalhos de Gideon Toury e Gisèle Sapori. Os dados da Unesco mostram que além de o inglês traduzir pouco, em relação as outras sete línguas de alta atividade tradutória (chinês, árabe, francês, alemão, sueco), apenas 8 % dos livros foram traduzidos para o inglês entre 2000 e 2009. Já Alemanha e França traduzem, juntas, 78 % do conjunto das traduções das outras línguas citadas. Essa assimetria mostra a dominação de um império de forte poder militar e econômico? Segundo David Bellos, não é exatamente o caso.

A dominação de uma língua no mundo não é sempre consequência da dominação militar e econômica de um império. Confrontando diversos impérios na história, eis a conclusão de Bellos: uma língua culturalmente dominante gera uma atividade tradutória forte para sua língua – como o império russo, e não é o caso do inglês. Outra constatação: alguns impérios adotam a escrita e a língua dos dominados – como o império acadiano

na Mesopotâmia, em 2.250 a.C., usando a escrita cuneiforme e a língua sumeriana durante mais de 3.000 anos. Entretanto, podemos notar: isso não significaria simplesmente a extrema sofisticação da cultura sumeriana, de cuja posse seus dominadores se orgulhavam?

David Bellos continua: quando o Império romano conquistou a península grega no século II a.C., a língua e a cultura gregas continuaram tendo prestígio cultural. Por outro lugar, o latim, mesmo depois da queda de Roma, continuou durante mais de 1.000 anos uma língua-fonte e língua-alvo nos textos vernáculos. Da mesma maneira, a União Soviética impôs um vasto programa de tradução do casaque, turcomeno, georgiano etc. para reforçar a língua russa. Ou os normandos, que dominaram a Inglaterra, não falavam um anglo-saxão, mas um francês misturado com inglês virou um franco-saxão, ou seja, o inglês tem por origem a língua francesa. Estes exemplos comprovariam, segundo Bellos, que toda

língua de império impõe um sistema de tradução das outras línguas para a língua imperial. No entanto, conservam um “alto nível de atividades tradutórias entre ela e um grande número de línguas que estabeleceram ligações bilaterais de tradução menos próximas entre elas.”³ No caso do português do Novo Mundo, foram traduzidos textos do português para as línguas ameríndias, e não o contrário; isso quer dizer que não se tratou de um império?

Da mesma maneira, se a União Européia conhece um sistema de tradução extremamente complexo, onde trabalham 1.750 lingüistas e 600 secretárias para produzir textos jurídicos que sejam, todos eles, “originais”, e não simplesmente traduzidos para 24 línguas diferentes. Durante uma sessão na Cour de Justice de l’Union Européenne (CJUE), com 27 estados presentes, são necessários 80 intérpretes por sessão. Esse quebra-cabeça mostra que, tanto para os “eurocéticos” como para os “europeístas”, seria mais sim-

ples e menos caro usar o inglês como língua comum, o que, de fato, acontece fora das reuniões oficiais. O inglês, sendo a língua franca mundial, para além do poder político e militar, não provaria o quanto o império norte-americano se aproxima de outros impérios da história, mesmo com peculiaridades próprias? É claro, diz Bellos, que o mundo nunca adotará o monolinguismo totalitarista, mas o “transglais” (“trans-inglês”) domina o mundo atual.⁴

Para concluir, Bellos critica a interpretação que os linguistas fizeram do mito de Babel, enxergando a língua originária única de maneira histórica, como a língua comum a todas as línguas do mundo, e estabelecendo a árvore genealógica da protolíngua indo-europeia ou uma gramática universal. Para Bellos, Babel sugere a improbabilidade de uma língua única, e a saudade injustificada de uma língua única, ressaltando ao contrário a diversidade das línguas como instrumento humano universal. Mas Babel é um mito, ensinando uma verdade hu-

mana por parábola. A ira divina contra a construção da torre não seria simplesmente uma punição da pretensão humana de ousar conceber um império onde o monolinguismo seria rei?

Notas

1. A escolha dessa tradução realizada por Daniel Loayza, com a colaboração do autor, já revela a filiação à tradição das Belas Infiéis, próximo ao público alvo.
2. O motivo da cópia, do plágio ou da reinvenção é presente na obra de Borges (que David Bellos não cita) onde Pierre Ménard reescreve o *Dom Quixote* no século 20 para reinventá-lo em contexto cultural, mas copiando sem modificar uma vírgula.
3. Nossa tradução, in *Le Poisson et le bananier, une histoire fabuleuse de la traduction*, capítulo. “Flux globaux”, p. 225.
4. Falante nativo do inglês, Bellos recusa outra idéia que remete à língua “materna”. Ele prefere usar

o termo “língua ativa”, pois em muitos países, falam-se diversas línguas (na Índia, onde convivem urdu, híndi, canará, tâmil, marata etc.). O “monolinguismo” à bri-

tânica ou à francesa é exceção no mundo.

Émilie Audigier
UFSC